

**Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Faculdade de Economia e Administração**

Felipe Alves Camargo

**Discussão a respeito da orientação das políticas macroeconômicas
na Republica Velha: Café, Crises Cambiais e Industrialização.**

**São Paulo
2010**

Felipe Alves Camargo

**Discussão a respeito da orientação das políticas macroeconômicas
na Republica Velha: Café, Crises Cambiais e Industrialização.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador:
Prof. Heleno Piazzentini Vieira – Insper

**São Paulo
2010**

Camargo, Felipe Alves

Discussão a respeito da orientação as políticas
macroeconômicas na Republica Velha: Café, Crises Cambiais e
Industrialização. – São Paulo: Insper, 2010.

33 f.

Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper
Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Prof. Heleno Pizentini Vieira

1. Políticas do café 2. Política brasileira 3. Industrialização

Felipe Alves Camargo

**Discussão a respeito da orientação das políticas macroeconômicas na
Republica Velha: Café, Crises Cambiais e Industrialização.**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia do Insper, como parte dos
requisitos para conclusão do curso de graduação em Economia.

EXAMINADORES

Prof. Heleno Piazzentini Vieira
Orientador

Prof. Eraldo Genin Fiore
Examinador

Prof. Roberta Muramatsu
Examinadora

Resumo

O início da nossa jovem república foi marcada, com relação ao aspecto econômico, pela grande influência em nossa balança comercial, em específico por causa da produção de café. São marcantes os efeitos das variações da produção, deste bem, no que tange decisões governamentais, nas áreas sociais e principalmente na área econômica. Seguindo a partir desta importância este trabalho nasce com o intuito de analisar a importância de cada seguimento social, classe, às decisões do governo quanto a políticas cambiais e de industrialização. Serão utilizados textos que analisaram tal período, além de estudos a respeito de tratados econômicos feito pelo país e base de dados referentes a produção cafeeira e ao câmbio praticado na ocasião.

Palavras-chave: Políticas cambiais, Programa de Valorização do Café, Elite Cafeeira Paulista.

Abstract

The beginning of our young Republic was marked, with respect to the economic aspect, by great influence on our balance of trade, in particular because of coffee production. Are striking effects of changes in production of this product, regarding governmental decisions, social areas, and mainly in the economic area. Following from this importance this work is born in order to analyze the importance of each social class, follow-up to the decisions of the Government as the exchange rate and industrialization policies. Will be used texts that analyzed such period, as well as studies concerning economic treaties made by country and database for coffee producing and Exchange practiced on occasion.

Keywords: exchange rate policies, Program of enhancement of coffee, Paulista Elite

Conteúdo

1. Introdução.....	4
2. Metodologia.....	8
3. Período Pré 1ª Guerra Mundial.....	10
4. Período da 1ª Guerra Mundial.....	17
5. Período pós 1ª Guerra Mundial (1919-1930).....	20
6. Considerações Finais.....	23
7. Anexo A - Período Pré 1ª Guerra Mundial.....	26
8. Referências bibliográficas.....	32

1. Introdução

O início da fase republicana brasileira, que pode ser datada de 1889 até 1930, foi marcado por inúmeras transformações em todas as áreas. Quanto ao social, grande responsável pelo crescimento demográfico e pelo crescimento da mão de obra (FRANCO, 1991, p.8) relata que o Brasil foi responsável por absorver cerca de um quarto do deslocamento geral de populações européias para países periféricos. Já no lado econômico o país obteve um grande fluxo de capitais externos nos anos pré república “representando talvez 10% das exportações globais de capitais nesses anos” (FRANCO, 1991, p.8). Grande parte desses movimentos foi gerada e atraída pelos interesses da elite cafeeira, na necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas plantações, lembrando que em 1888 foi abolida a escravidão e assim decaíram os números de trabalhadores nas fazendas de café.

O café representou o nosso grande produto de exportação durante este período, algo não muito novo aos nossos olhos dado nosso histórico de nação monocultora de matérias primas, “Até o final dos anos vinte, a economia brasileira manteve-se rigidamente dentro dos padrões de uma economia essencialmente agrícola, com parcela substancial de sua produção destinada aos mercados externos” (VILLELA E SUZIGAN, 1973, p.89). Diferentemente do período precedente, o café e sua elite cafeeira foi responsável pela grande força não só no âmbito econômico, mas também no social e político.

Por meio desta força a elite cafeeira sempre esteve presentes em assuntos marcantes, tais como políticas cambiais, tratados internacionais, processo de industrialização e urbanização. Para Versiani (1985) é de grande importância para a determinação da evolução da taxa de cambio o valor das exportações, especialmente para um país exportador de bens primários.

A elite cafeeira diferente da açucareira não somente se preocupou com a acumulação de capital, mas também se interessou pelos investimentos em outros setores. O capital do café foi o grande responsável pelos processos de *Spill-over* de investimentos no setor ferroviário e com isto foi também a grande responsável do processo de urbanização do eixo sudeste, mais especificamente vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Como dito por Villela e Suzigan (1973, p.120) a produção monocultora de café proporcionou a poupança que os fazendeiros investiram não só em infra-estrutura, mas também em atividades industriais substitutivas de manufaturas de consumos vindo do exterior.

Dessa forma, nossa idéia é de que o crescimento industrial do período em questão, 1906 a 1914, ocorre sob a acumulação do capital cafeeiro, visto que as altas taxas de rentabilidade financeira conquistadas pelo complexo permitem “vazamentos” para investimentos em projetos industriais. (TORELLI, 2004, p.82)

Vale ressaltar, como dito por Torelli (2004, p.53), que o Brasil se tornou dependente deste produto desde meados do século XIX, quando outros produtos da pauta exportadora sofreram grandes perdas com a competição estrangeiras e com a nova sistemática de acumulação de capital em nível mundial do sistema capitalista. Este último ponto para Singer (1985) foi o fator decisivo do fracasso dos outros produtos da pauta exportadora.

Por exemplo, a cana de açúcar sofreu com a concorrência da produção de açúcar de beterraba na Europa, contando com apoio governamental, e com a produção nas Antilhas. Da mesma forma a produção de algodão no Brasil perdeu força para a alta produção dos Estados Unidos após o termino de sua guerra civil (1861-1865).

Mas mesmo sendo a nova força do país, a produção única de café causou alguns desconfortos macroeconômicos. O plantio do café é algo que demora, devido à maturação do pé de café, e assim processos de grande produção advinda de cenários otimistas de altos preços geraram crises de excesso de oferta e assim queda de preços em momentos posteriores.

Esta situação e bem ilustrada pelo final do período de Grande recessão capitalista na segunda metade do século XIX, no qual “os excelentes preços para o café no fim da década de 1880, impulsionaram um vigoroso *boom* no nível de atividade econômica” (FRANCO, 1991, p.8). O fato dito gerou um processo otimista de produção que acabou culminando com um forte excesso de oferta e conseqüentemente a queda de preços do café nos anos de 1890.

A situação só não foi mais grave, pois:

Ocorre que a política econômica do início da República, o Encilhamento, fez com que o câmbio sofresse, durante a maior parte da última década do século XIX, uma profunda queda, o que acabou protegendo a renda do setor cafeeiro da redução dos preços no mercado internacional. (TORELLI, 2004, p.44)

Em meio a este cenário do fim do século o país viveu dois pontos distintos, primeiro o interesse na política de valorização do café devido à sustentação da renda real com a desvalorização cambial e segundo a preocupação com o agravamento da dívida, gerada por tal

política de desvalorização (valendo a pena lembrar que os empréstimos eram tomados a libras esterlinas).

Quanto ao interesse à política de valorização do café o primeiro tratado a aparecer seria o Acordo de Taubaté, firmado em 1906 pelos então presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. “o objetivo fundamental do plano era garantir preços mínimos, em moeda nacional, para o café. Para isso seriam retirados do mercado os excedentes da produção, com recursos de um grande empréstimo externo” (VILLELA e SUZIGAN, 1973, p.111)

Em contraponto as soluções encontradas no passado para resolução gerais da economia (crise de dívidas, investimentos estatais, entre outros) vinham das emissões de papel moeda, *mil-réis*, iniciado por Rui Barbosa, o então Ministro da Fazenda do governo do Marechal Deodoro, o que gerou uma grande desvalorização cambial culminando em uma ajuda internacional chamada de *Funding Loan*.

O acordo feito dava um prazo de três anos para o pagamento dos juros da dívida, as amortizações, por sua vez, foram adiadas por um prazo de dez anos a partir da data do fim do acordo (ou seja, os pagamentos seriam retomados apenas a partir de 30 de junho de 1911). A garantia exigida pelos credores foi a renda da Alfândega do Rio de Janeiro, além de o governo ser obrigado a suprir com outras rendas o que viesse a faltar no caso de insuficiência daquela para a integral amortização dos compromissos. Além disso, o Brasil se comprometeu a seguir uma política econômica voltada para a recuperação das finanças públicas, com extremo aperto fiscal e monetário, no sentido de reverter o quadro presente na cotação cambial. (TORELLI, 2004, p.44)

Em vista da situação, o presidente Brasileiro acionou chamou os banqueiros Ingleses, os Rothschilds, para negociar o *Funding Loan* o qual permitiria três anos de moratória em todas as amortizações das dívidas e mais dez anos de moratória sobre o principal. Em troca, todavia, o país devia se comprometer em reduzir drasticamente a quantidade de moeda em circulação para dar força a apreciação do *mil-réis* e assim assegurar a capacidade do país em pagar as dívidas (minha tradução). (TOPIK, 1979, p.331)

Alguns anos após o pedido do empréstimo o Brasil, e o mundo, sofreria com a interrupção abrupta do comércio internacional, causada pelo início da Primeira Guerra

Mundial. Durante este período todos os países sofreram com a queda em suas balanças comerciais, o Brasil não só sofreu com ela, mas sua situação foi agravada por ser um país estritamente agrário-exportador.

Após o início da guerra o Brasil foi obrigado a abandonar o sistema cambial em qual se baseava. O fato é explicado pelo fato de que “o Brasil estava profundamente ligado aos humores do mercado internacional por meio do regime monetário e cambial que era a Caixa de Conversão. Portanto, sentiu fortemente os abalos ligados ao início da guerra.” (TORELLI, 2004, p.114).

A importância de se citar a situação do câmbio neste momento é que o fluxo de capitais externos decaiu, devido à guerra, e assim o modo de o país se financiar foi através de emissões monetárias o que causou um período de apreciação cambial. Assim em meio a este cenário o café agravou a crise nacional por ser o maior produto da pauta exportadora.

Quanto ao processo de industrialização Torelli (2004, p.118) especifica bem ao dizer que desde 1910 o pálio industrial cresceu devido ao acúmulo de bens de capitais, o que gerou, no período entre guerras, uma capacidade ociosa da qual a indústria se utilizou para expandir sua produção para suprir a demanda interna.

Durante este período coube ao estado assumir o risco cambial em prol do nível de produtividade industrial, uma vez que o taxa de câmbio baixo serviu de proteção ao setor industrial e a produção mercantil de alimentos. E para o café manterá sua rentabilidade através de programas que culminariam no aumento do déficit fiscal.

Assim nesta situação de ação do governo que surge minha orientação quanto ao tema: discutir a influência da elite cafeeira nas políticas cambiais do estado, avaliar se existiu uma inclinação estatal em apoiar a produção de tal bem, uma vez que como dito representava a força de nossa pauta exportadora, e era um modo de assegurar a renda real dos produtores; ou se o governo optou por políticas cambiais em prol de evitar agravamentos cambiais tais como o pedido de empréstimo conhecido como o *Funding Loan*, citado acima, mas sem dar exclusividade ao café; por fim analisar se as atitudes econômico-cambiais do governo foram direcionadas a um apoio ao café, não com a preocupação exclusiva de sua produção, mas sim um apoio ao ímpeto de investidor da elite cafeeira para a criação de uma nascente indústria nacional.

2. Metodologia

A execução deste trabalho estará baseada inicialmente na divisão da república velha em três períodos:

1. Período pré I Guerra Mundial (1889 – 1913);
2. Período da I Guerra Mundial (1914 – 1918);
3. Período que envolve o auge econômico culminando na Grande Depressão e seus resultados (1919-1930).

Em todos os três períodos o trabalho será fundamentado em textos previamente escritos para suportar minhas análises e hipóteses.

Quanto ao primeiro período será discutida a influência ao café quanto aos aspectos sociais (imigração e fim da escravidão) e econômicos (atração de capitais estrangeiros, poupança dos cafeicultores e renda). Citarei o processo de transformação da pauta de exportação assim como a influência da extração da borracha. Quanto ao papel político, serão analisados os tratados internacionais, as políticas cambiais e em especial a emissão governamental de papel moeda para estudar as influências inflacionárias.

Como auxílio, dados da taxa de câmbio do período, volume de papel moeda emitido, meios de pagamento do governo serão usados. Para tanto usarei como suporte os dados encontrados em Villela e Suzigan (1973, p.93) e em Franco (1991 p.43)

Em linhas gerais o trabalho será baseado em indicadores econômicos e financeiros para analisar os impactos das políticas econômicas tanto no país quanto nos produtores de café.

Referente à industrialização serão estudados os efeitos das políticas citadas acima, aliadas ao ímpeto de investir da elite cafeeira, como apoio será usado o texto de Suzigan (2000, p.23) para discutir as interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, observando qual melhor se encaixa dentro dos fatos históricos analisados.

Ao segundo período, dado por ser um período conturbado no ponto de vista de comércio internacional, o foco de análise será sobre o desenvolvimento industrial como reflexo do cessar do comércio seguindo o explicado por Baer (1983, p.12) ao dizer que os surtos de industrialização do início do século XX se deram por choques oriundos do setor externo. Ainda sim será estudado a consequência da guerra no setor cafeeiro, como a queda da demanda do produto e suas influências na elite cafeeira, e uma vez que, neste período, é

impossível falar de café sem a intervenção do estado, este também será analisado. A idéia é tentar identificar se houve a mão do estado no processo de industrialização, se foram os cafeicultores com suas rendas oriundas das políticas de valorização do café, ou algo misto, como se fosse uma idéia de todos os setores econômicos. Para chegar às conclusões o trabalho se apoiará no texto de Baer, (1983, p.9) e em especial o livro de Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*, 2000, pela importante discussão sobre as diversas revisões do período em questão.

Os anos da Primeira Guerra Mundial constituíram um período chave no debate sobre o desenvolvimento industrial brasileiro. É na análise do impacto da guerra sobre a indústria interna que se tornaram mais claras as diferenças entre as varias escolas de pensamento. A controvérsia começou com a revisão da interpretação tradicional, ou seja, o argumento dos choques adversos na sua versão extrema. (SUZIGAN, 2000, p.51)

No terceiro período a importância será dada a diversificação da pauta exportadora brasileira, o *boom* econômico na metade da década de vinte, ao programa de valorização do café e os conseqüentes atos do estado, responsável pelo ótimo momento vivido. Os dados a serem utilizados são advindos de Villela e Suzigan (1973, p.157)

Em seu conjunto, a década dos vinte pode ser considerada como o auge da economia de exportação, apesar da crise do comercio exterior dos anos 1920-1923 e do inicio da grande depressão, em 1929. Os efeitos da terceira valorização do café, efetuada em 1922-1923, se fizeram sentir e a recuperação e manutenção dos seus preços em níveis elevados tornaram as relações de troca novamente bastante favoráveis até28 permitindo a expansão das importações. (VILLELA e SUZIGAN, 2001, p.149)

Com isso estudarei a importância das importações neste período para a força industrial. Ao final serão exploradas as conseqüências da Grande Depressão na economia cafeeira, nas exportações e importações do país e ao câmbio. Para tal feito o texto de Abreu, (1990, p.73) será abordado.

3. Período Pré 1ª Guerra Mundial

Os primeiros anos da república velha foram marcados por uma grande mudança do cenário nacional.

Primeiro veio a queda da cana-de-açúcar como principal produto exportado, devido ao enfraquecimento frente à competição com os produtores de açúcar das Antilhas e também da concorrência com o açúcar de beterraba produzido na Europa, proporcionando assim espaço para que o café produzido no vale do Paraíba tomasse tal posto.

Em segundo ponto, houve uma grande transformação social através do fim da escravidão. Brevemente, o início desta história começa com a vinda da família real ao Brasil e com as imposições da corte Inglesa ao fim do tráfico negreiro e abertura dos portos. Entretanto as negociações se estenderam devido a problemas de interesse entre a família real e os latifundiários, este último contra a idéia de terminar com tráfico.

Deste modo em oito de agosto de 1845 o Parlamento Inglês promulga a Lei Bill Aberdeen, que proíbe o tráfico de escravos e concede ao Reino Unido o dever e o direito de aprisionar qualquer navio suspeito. Como consequência, no Brasil, o fim do tráfico negreiro é definido pela Lei Eusébio de Queiroz, datada de setembro de 1850, como pode ser visto no anexo 10.a.

Durante algum tempo a solução encontrada para suprir a necessidade de mão-de-obra nas fazendas do vale do Paraíba foi a compra de escravos das regiões canavieiras em decadência, mas mesmo assim, dado o limite de escravos existentes e a impossibilidade de importação, os preços no mercado interno começaram a disparar afetando os custos das produções e assim pressionando a economia em geral.

Outro interesse por parte dos ingleses em terminar com a escravidão, era o de se expandir o mercado brasileiro para os produtos industrializados ingleses.

Assim como um golpe final foi decretado a lei áurea, garantindo assim o fim da escravidão no país, e a expansão, ainda que primário, devido a baixíssima renda, do mercado consumidor nacional.

Desta forma, com a queda da mão-de-obra nos latifúndios, a solução encontrada pelo governo nacional e os cafeicultores foi recorrer à imigração européia. Durante o mesmo período, a Europa passava por transformações políticas, tais como a unificação Alemã, a qual garantiu um fluxo de imigrantes para, em sua maioria, o sul do País, e em especial a

unificação Italiana que garantiu um fluxo notável de imigrantes para o estado Paulista e em particular para trabalhar no setor cafeeiro. Outro motivador para a vida desta população para esta região do País foi de ordem geográfica, uma vez que as condições ambientais se assemelhavam a aquelas encontradas em seu país natal. Segundo Suzigan e Villela (1973, p.273) de todos os italianos vindos ao Brasil, 73,5% se direcionavam a São Paulo.

O sistema pelo qual a grande maioria dos imigrantes italianos chegava ao país era através da Imigração subvencionada, um “patrocínio” do governo junto aos cafeicultores (observado no Anexo 1.a). O método se baseava na Lei provincial de 1871 e consistia segundo Petri (2005, p.4), dentre outros, na emissão de apólices de até 600 contos de réis para auxiliar no pagamento das passagens e no adiantamento de 20 mil-réis a cada família imigrante.

Deste modo as fazendas de café começaram a receber não só uma grande quantidade de mão-de-obra, mas trabalhadores mais qualificados, frente aos escravos, para trabalhar nas lavouras o que garantiu um dos fatores que proporcionaram a evolução da lavoura de café.

Outro fator de grande importância foi os investimentos externos e dos próprios cafeicultores, não só na produção do café, “Ainda que assentados estruturalmente na produção de café, os seus investimentos espalhavam-se por grandes fazendas, ferrovias, bancos, casas exportadoras empresas prestadoras de serviços públicos, comércio importador e construção civil.” (PERISSINOTTO, 2002, p.151).

É importante dizer que o dinheiro vindo para os investimentos veio da crescente produção de café, como pode ser visto no anexo 2.a. e o alto câmbio do período anterior a crise de 1889-91, anexo 3.a. Outro ponto é que no final da década de 1880, uma praga assolou os concorrentes asiáticos do Brasil, quanto ao café, favorecendo a produção local (DEAN, 2002).

O início da produção cafeeira no oeste paulista culminou, não por acaso, com o desenvolvimento e urbanização do eixo sudeste, em especial o de São Paulo. Os chamados Barões do café ao observarem que suas fazendas se situavam longe de um ponto de escoação, no caso o porto de Santos, se mobilizaram para criar o mínimo de estrutura básica para viabilizar suas operações. Porém, não só os cafeicultores se interessaram no aspecto de desenvolver a região, os Ingleses auxiliaram na implantação de ferrovias para o escoamento da produção, claro que o interesse destes não era o desenvolvimento, mas sim a rentabilidade da malha ferroviária.

Do mesmo modo que os Investidores estrangeiros, no caso Britânicos, os barões do café não tinham como objetivo central a preocupação com o desenvolvimento da região, não era a intenção urbanizar, mas sim diversificar os investimentos advindos do capital cafeeiro, e claro como dito acima, garantir o mínimo de operacionalidade da produção de café.

Desta forma criou-se um *spill-over* de investimentos, a produção de café rentabilizava as ferrovias, que por sua vez gerava trabalho e renda para os operadores que por consequência gastavam seus salários com serviços e produtos nas cidades paulistas e assim rentabilizavam os investimentos dos cafeicultores e Estrangeiros.

Do mesmo modo, seguindo a idéia mostrada acima, a industrialização também se apoiou no capital cafeeiro:

O comercio do café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por varias razoes: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o desenvolvimento das estradas de ferro e o investimento em infraestruturra, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comercio de exportação e importação, contribui para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e, em quarto, ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão-de-obra. Além disso, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial (Dean, 1976, cap . 1, e Nicol 1974, passim). (SUZIGAN, 2000, p.33)

É importante notar que houve influência do capital cafeeiro no processo de industrialização, entretanto isto ocorreu não porque os cafeicultores buscavam tal feito, mas sim porque a produção representava grande parte da economia nacional então obviamente iria ter uma grande influência nos outros setores da economia.

Para entender um pouco mais da industrialização é necessario entender o processo politico pelo qual o pais estava passando no período. A vinda de mão-de-obra imigrante com o fim da escravidão trouxe pontos positivos para a produção de café, além de um *know-how* industrial, entretanto trouxe consigo um grande problema de demanda por moeda, uma vez que agora era necessario pagar salários, agravando a propensão ao desequilíbrio externo na economia brasileira.

É neste cenário que no início da república sobe Rui Barbosa como ministro da fazenda, promulgando uma lei de incentivo de crédito e criação de bancos de emissão. Inicialmente tinha-se como projeto conceder crédito aos fazendeiros que tivessem tido perdas com o fim da escravidão, mas com o tempo as emissões se estenderam dando margem a uma crise que só seria solucionada no final do milênio.

Com a facilidade ao crédito e falta de informações, começou a criar-se uma bolha especulativa, diversas empresas fantasmas começaram a surgir, e obviamente ao longo do tempo, sem respaldo de papéis e, ou, produção, a situação ficaria insustentável. Assim ao final de 1891 estourou a crise que levou à bancarrota diversas empresas, entre elas até as mais sólidas, gerando um cenário de inflação exorbitante e de grande desvalorização dos mil réis.

A situação se agravaria devido à crise Baring, na Argentina, na qual um processo de concessão de crédito para a infraestrutura, semelhante ao do encilhamento, no tocante ao crédito, afastaria os investidores estrangeiros do cone sul (Anexo 5.a), afetando o Brasil de modo que iria agravar mais a situação do câmbio e da dívida externa, como é possível ver no anexo 4.a.

Dado tal cenário o país ficou impossibilitado de apelar a um empréstimo internacional junto ao seu maior credor, os Rothschild, como é possível ver as suas retiradas de dinheiro no anexo 6.a. Assim sua solução foi incorrer em mais emissões para atender as obrigações da dívida, recaindo cada vez mais em uma espiral inflacionária e de desvalorização da moeda.

É importante ressaltar novamente que apesar do país estar incorrendo em uma crise cambial, esta também foi a responsável por manter a renda real dos cafeicultores, já que o câmbio alto diminuiu o preço do café no mercado externo e assim garante um maior poder de mercado frente aos seus concorrentes.

Assim nesta situação de descontrole cambial o mercado interno teve de se articular para suprir as necessidades de bens industriais, assim como as necessidades do setor de exportação. Com o câmbio em patamares altos, a importação se tornou muito custosa e como consequência criou-se um tipo de barreira protecionista às indústrias já existentes e ao nascimento de novas indústrias:

Desse modo, defendidos por uma muralha protecionista, o número de estabelecimentos industriais do Brasil aumentou de 636, em 1889, para 1088, em 1895. Durante a última década do Séc. XIX surgiram indústrias dedicadas a suprir o setor exportador em expansão e o setor de consumo interno. (BAER 1983, p.11)

Como solução para o problema da dívida externa, o governo do então presidente Campos Sales recorreu a um novo empréstimo, pelo qual ficaria conhecido como *Funding Loan*. Este empréstimo traria com si uma grande diferença frente aos outros empréstimos, a concessão do dinheiro seria condicionada a mudanças no sistema monetário, contração da base monetária, e fiscal, melhoria administrativa, controle de despesas e aumento da pauta de produtos de consumo taxados. A ideia de seguir tais precedentes era garantir um tipo de “selo de garantia” aos olhos dos investidores estrangeiros, garantindo um fluxo positivo de investimentos.

As consequências do plano foram uma apreciação do *mil-réis*, causado não só pela redução do papel moeda em circulação mas também pela entrada de investimentos externos no Brasil.

Por um lado isto causou um grande desconforto aos exportadores, principalmente os cafeicultores, pelo encarecimento e portanto perda de competitividade de seu produto, como mostra as exportações de café no anexo 8.a. Por outro lado a “barateamento” do câmbio causou a motivação para a importação de bens de capital pela indústria.

O problema com a queda das exportações de café só não se tornou mais grave para as contas nacionais devido, como dito por Szmrecsányi (2000, p.7), ao crescimento do preço da borracha e expansão de exportação, como mostra o anexo 9.a.

Com o advento da criação do carro, este criou a necessidade de produção de borracha para a fabricação de pneus, deste modo criou-se o incentivo para a extração de tal produto, o que com o tempo transformou-o no 2º produto da pauta exportadora.

Nos anos seguintes, já no novo milênio, o café enfrentaria um novo problema causado por um surto de investimento em produção no final do século anterior. Como dito anteriormente, no final do século anterior o câmbio alto, favorecendo os preços do café e sua competitividade externa, e as facilidades de crédito causaram uma grande expansão da área de plantio do café. O problema consistia no fato de que o crescimento de um pé de café é algo que demora um certo tempo, e assim com um crescimento da área de plantio, era esperado um crescimento de produção. Este acabou por ser verificado no início da década de 1900, o que jogou os preços do café para baixo, e conseqüentemente sua renda.

Desta forma o governo foi obrigado a intervir, pois com a queda dos preços das exportações de café, viu suas transações comerciais decaírem afetando suas obrigações com a dívida externa, como mostra o anexo 7.a.

A forma pelo qual o governo veio a intervir foi através da política de valorização do café, que seria iniciada em 1906 pelo *Convênio de Taubaté*:

O objetivo fundamental do plano era garantir preços mínimos, em moeda nacional, para o café. Para isso seriam retirados do mercado os excedentes da produção, com recursos de um grande empréstimo externo. Ao mesmo tempo seriam reduzidas as exportações de café de baixo tipo, e iniciada uma campanha no exterior para o aumento no consumo (VILLELA e SUZIGAN, 1973, p.111)

Como auxílio, o convênio contaria com a adoção do governo ao padrão ouro e a criação de uma *Caixa de Conversão*:

A forma de funcionamento da Caixa de Conversão, isto é, trocar cambiais por uma emissão de moeda de curso legal a uma taxa fixa e, de resto, de todo o mecanismo de operação em moeda internacional do Brasil neste momento era feito em papéis, isto é, os recursos em ouro que o país angariava no comércio exterior ou com empréstimos e investimentos estrangeiros, eram incorporados no país por meio da emissão sobre títulos nas praças financeiras mundiais, a moeda sonante em si nunca vinha para o Brasil. Os chamados saldos da Caixa de Conversão eram, na verdade, papéis emitidos contra os recursos existentes no exterior. (TORELLI, 2004, p.73)

Os esforços tanto de controle cambial, quanto de controle de oferta e preços do café só começaram a surtir efeitos nos anos de 1908 em diante, devido a uma crise internacional nos anos de 1907, o que retraiu os mercados financeiros e os influxos financeiros ao Brasil.

Deste modo a política de valorização do café, junto com os esforços cambiais da caixa de conversão, em garantir a estabilidade macroeconômica, e um bom nível de preços ao café, foi coroada com sucesso.

Com a normalização de crédito nos mercados internacionais de capitais já em 1908, retornaram os influxos de capitais e, com a ajuda adicional de um grande crescimento nos preços da borracha, a economia entrou em uma fase de acelerado crescimento que duraria até 1913. (FRITSCH 1990, p.39)

Mas não só para os produtores de café os efeitos acima foram benéficos, para a indústria o período pré-guerra também trouxe fatores positivos, segundo Baer (1983, p.12) a *Caixa de conversão* garantiu uma maior entrada de divisas para a aquisição de maquinários, instrumental e até matérias primas para o crescimento industrial. Em resumo, a *caixa* proporcionou dinheiro para a compra de bens de capital.

Este prospero cenário se tornaria conturbado com o advento da guerra, alguns setores, como o café, iriam sofrer com a queda de demanda. Por outro lado a indústria teria o seu grande momento de crescimento.

Ao se observar o desenvolvimentos de todas as esferas da economia, é notavel uma grande dependência do ciclo do café. Como dito anteriormente, o país tinha como principal produto de sua pauta exportadora o café, assim qualquer influência, afetaria os investimentos nacionais, as arrecadações fiscais e a renda nacional.

Do ponto de vista da industrialização, o capital investido por parte dos barões do café teve um papel fundamental, porém implicar que o objetivo central destes era o desenvolvimento de uma industria nascente é algo errôneo. O fato é que as consequencias dos investimentos dos barões para facilitar, estruturalmente, a produção, o deslocamento e transporte, causaram um fomento industrial. Outro fator que pode exemplicarr tal fato era a necessidade de mão de obra nos cafezais, o que causou a a vinda de imigrantes pro país e como consequencia criou-se um mercado demandante de bens manufaturados.

Passando para o papel do governo, no final do séc XIX tinha um grande problema nas mãos, evitar o agravamento das contas nacionais e da crise cambial que vinha vivendo. Como dito anteriormente o processo de emissão monetária teve como causa suprir a nova demanda por moeda causada pelo vinda dos imigrantes assalariados e uma compensação para as perdas dos cafeicultores com o fim da escravidão.

A solução, como descrita anteriormente, veio com o *Funding Loan* e a consequencia do plano foi o fluxo positivo de investimentos externos e com isso a apreciação dos mil-réis, o que para os cafeicultores era algo nada vantajoso, pela perda de competitividade. Ou seja, a política utilizada pelo governo ia contra os interesess dos cafeicultores.

O apoio direto por parte do estado só viria em 1906 com a politica de valorização do café. Novamente, este apoio foi utilizado devido a importância do café para as contas do

governo, deixar o preço do café tão baixo afetava as contas nacionais negativamente, piorando a dívida externa, assim como dito a seguir:

Por outro lado, as ocasiões em que o governo federal efetivamente concedeu apoio direto à cafeicultura foram circunstâncias em que havia sinais evidentes de que adviria severo desequilíbrio externo caso os preços do café fossem deixados ao sabor das forças de mercado. (FRITSCH, 1985, p.343)

Retomando o foco deste trabalho, observa-se que as atitudes do governo, e o impeto de suas políticas, estavam muito mais direcionadas ao “bem estar” nacional, segurança com o câmbio e contas externas, do que com a própria elite cafeeira e manutenção de sua renda. Os esforços das políticas não visam somente uma classe mas sim o desenvolvimento nacional.

Em outras palavras, é notável que a presença do café em toda a economia foi de uma grande importância, entretanto ao se observar as ações do governo nacional, por exemplo, nota-se que não são medidas de apoio exclusivo ao café, de favorecimento unilateral, mas sim políticas necessárias uma vez que este produto era de muita importância para as contas nacionais e para a economia como um todo, assim como no período que se segue.

4. Período da 1ª Guerra Mundial

O período de 1914-1918 foi um momento de transformações no mundo todo, enquanto o continente europeu sofria, através das armas, com questões de ordem imperialistas, o mundo à periferia do antigo continente sofria com efeitos colaterais, tais como queda de crédito e retração de demanda.

Os primeiros efeitos a serem sentidos são as quedas dos preços dos produtos primários, o que em países exportadores, como o Brasil, acaba por impactar em toda a economia:

Os preços dos produtos de exportação caíram a níveis extremamente baixos, causando forte redução em seu poder de compra, que se refletiu em baixo volume de importações (também afetado pela diminuição da oferta externa, causada pela guerra), o que, por sua vez, implicou na queda da receita federal, uma vez que 2/3 dela provinha do imposto de importação. (VILLELA e SUZIGAN 1973, p. 133)

Os desdobramentos desses efeitos se iniciaram com o fechamento da *Caixa de conversão*, uma vez que cessaram os fluxos financeiros com o começo da guerra, com um novo *Fundig Loan* para conter as pressões de desvalorização cambial e o início da tributação sobre os bens de consumo, uma forma de tentar minimizar os efeitos da queda de arrecadação com tributos sobre importação. Mesmo com estas praticas o governo não conseguiu segurar o aumento da dívida, e teve de recorrer a metodos inflacionarios para deter a escalada, assim o governo federal se viu na obrigação de emitir papel moeda para atender as suas obrigações externas.

Do lado industrial os efeitos foram mistos, em parte, a impossibilidade de importar causou uma queda nas importações de bens de capitais para industria, impedindo assim a expansão das operações. Porém, a queda das importações de produtos fomentou a produção de bens faltantes, em sua maioria não duráveis, além de se produzir para suprir mercados externos, através de novas empresas ou mesmo do uso da capacidade ociosa advinda dos investimentos pré-guerra.

O setor alimentício foi o grande favorecido no período da guerra, os investimentos de aumento de capacidade havia sido feito antes do inicio da guerra, o que capacitou uma grande expansão de exportações no período.

Outro fator importante segundo Villela e Suzigan (1973, p.146), foi a mudança de característica das importações dos países aliados, cortando os elementos menos essenciais e aumentando a demanda por cereais e proteínas.

Na agricultura os efeitos, como dito acima, foram drásticos para a os cafeicultores, com uma pressão de desvalorização cambial e sem a opção de recorrer a financiamentos estrangeiros não houve uma outra alternativa senão recorrer ao governo por um novo programa de valorização do café. Para piorar ainda mais a situação, era esperada uma *super* safra nos anos de 1917/18, o que iria jogar os preços mais ainda para baixo.

Deste modo, dado que o café junto a borracha representava cerca de 79% do total da pauta exportadora, o governo foi obrigado a intervir, comprando grandes quantidades de sacas de café com o intuito de minimizar tais efeitos. Outros dois fatores iriam vir para ajudar a recuperação posterior do café, como dito por Villela e Suzigan (1973, p.142), primeiro a grande geada de 1918, que dizimaria boa parte dos cafezais e segundo o fim da guerra e a consequente reabertura dos mercados europeus.

Estes fatores iriam garantir um *boom* para a economia Brasileira, no início da década de 1920, que seria verificado pelo aumento da demanda por commodities causado pelo fim da guerra.

Os anos de guerra suspendem quase todas as formas de interações econômicas entre as nações, eles acabam por se focar nas produções armamentistas. Quanto aos países a periferia da guerra, suas produções ficam voltadas a suprir a demanda dos países na guerra. Assim aconteceu com a indústria nacional, que teve um crescimento na produção e exportação de alimentícios, como ocorreu no setor frigorífico.

Quanto ao café, com a demanda em baixa, seus preços caíram vertiginosamente e desta forma o estado teve novamente de implementar políticas de valorização do café a fim de evitar um colapso econômico com a queda da renda real não só dos produtores de café, mas como da economia em geral.

Desta forma, novamente, como no período anterior fica evidenciado que o governo teve de implementar programas de valorização do café, igualmente como antes, com intuito de proteger a economia ainda dependente do ciclo do café, mas agora de um momento de fragilidade global. Isto pode ser evidenciado ao citar-se que:

Não se deve perder de vista que em uma economia primário-exportadora especializada como a brasileira, onde a instabilidade macroeconômica normalmente deriva de choques externos, a estabilização dos preços do produto básico de exportação é, em geral, a política anticíclica mais eficiente a curto prazo..
(FRITSCH 1985, p. 343)

Aliando a análise deste período com o anterior, fica mais evidente a preocupação do governo com a segurança e estabilidade da economia nacional. Com os impecilhos causados pela guerra, como interrupção dos fluxos de capitais e queda das importações de bens primários (café no caso), o governo se viu na necessidade de novamente de executar políticas que garantissem a renda geral da economia (compras de sacas de café), além de criar sistemas tributários para que não piorasse a situação da dívida nacional.

Ou seja, cada vez mais nota-se que o papel do Governo Federal se direciona a um agente estabilizador e, ou, mantenedor de crescimento econômico, atuando nas esferas que mais influenciam a economia brasileira, mas sem sinalizar qualquer tipo de exclusividade a um setor.

5. Período do pós 1ª Guerra Mundial (1919-1930)

Com o fim a 1ª Guerra Mundial o mundo passou por um *boom* econômico, os países em reconstrução proporcionaram um grande aumento da exportação de commodities e conseqüentemente de seus preços, favorecendo o preço do café brasileiro. Outro ponto marcante a ser lembrado é que no caso do café a geada de 1918 garantiu ótimos preços para a venda.

Porém o início da década de 20 é marcado por dois acontecimentos desfavoráveis para as lavouras de café, primeiro a depressão de 1920 nos países industriais, que segundo Fritsch (1990, p.46) foi causado por políticas monetárias restritivas com o intuito de brechar o processo inflacionário após a guerra, acarretando uma queda nos preços do café e uma queda sua exportação, causando também uma depreciação cambial; O segundo acontecimento seria a expectativa de um grande safra no anos de 1920-21 o que pressionou o preço do café também para baixo, segundo Villela e Suzigan (1973, p.149).

A consequência dos preços baixos do café foi a nova introdução da política de valorização, sendo a terceira vez, mas esta difere das outras no sentido de que neste caso esta política causou a institucionalização do programa:

O Governo Federal propôs aos Congresso, em 1921, a criação de um Instituto para a Defesa Permanente do Café, alegando para isso a irregularidade das safras e a falta de crédito para armazenamento do produto, a fim de vendê-lo a preços mais altos. Lei federal de junho de 1922 aprovou um programa de defesa permanente. (VILLELA e SUZIGAN 1973, p. 133)

Entretanto mesmo o Governo federal tendo executado a valorização, a lei acima não foi implementada, mas causou o interesse para ao Estado de São Paulo, que deu continuidade a ela (responsabilidade cedida pelo Governo Federal), se utilizando de seus próprios recursos. Ao final de 1924 seria criado o Instituto do Café de São Paulo, sendo este responsável por controlar a quantidade de sacas de café circulantes, se baseando nas condições de mercado, por empréstimos aos cafeicultores e pela publicidade do programa, Villela e Suzigan (1973, p.160).

O programa de valorização de café não só conseguiu elevar os preços nos anos seguintes, mas conseguiu também, segundo Suzigan (2000, p.90), garantir altas taxas de crescimento da renda real (7,3 % a.a.) durante toda a década, e um apreciação cambial que culminou em níveis elevados de capacidade de importação.

Outro setor afetado positivamente pelo programa foi o Industrial, uma vez que a renda real aumentando e o nível cambial garantindo preços de importação baixos capacitou juntamente com as políticas expansionistas (monetárias e fiscais), Suzigan (2000, p.91), o aumento das importações de maquinários e o investimento no setor.

Porém o programa trouxe consigo um consequência negativa, segundo Fritsch (1990, p.53) o sistema de valorização de café iria forçar a política monetária restritiva aplicada no início da década de vinte para a contenção da inflação e câmbio. Deste modo o Governo se lançou na emissão monetária:

No início de 1923, num contexto de crescente aperto de liquidez, a superposição dos problemas sazonais decorrentes do aumento da demanda de crédito nas colheitas de outras lavouras e da drenagem de caixa dos grandes bancos tornava extremamente difícil ao sistema bancário privado acomodar os requisitos financeiros da valorização do café. O Banco do Brasil, tendo que enfrentar pesados saques de depósitos interbancários e com sua posição de caixa ainda comprometida pela impossibilidade do governo de liquidar sua dívida de curto prazo, não teve saída senão lançar mão, em escala crescente, de sua faculdade de emissão. (FRITSCH 1990, p. 53)

Com isso as consequências da emissão acabam por serem previsíveis, a inflação iniciou um rumo crescente que corroía os salários reais, causando tensões preocupantes nos centros urbanos (FRITSCH 1990, p.54); e o câmbio que iniciou um processo depreciativo que preocupava o Governo quanto aos pagamentos de suas obrigações externas.

Deste modo, a linha econômica ortodoxa ganhou força, junto ao governo Bernardes, ao defender políticas monetárias restritiva para contenção dos problemas pontuais citados acima (FRITSCH 1990, p.54).

Assim duante o período de 1924-26 o Governo implementou políticas monetário-fiscal recessivas que junto com a bem sucedida valorização dos preços do café, que capacitou o governo a ceder o programa ao estado de São Paulo reduzindo assim seu

gasto federal, garantindo assim uma situação um pouco mais estável, frente a anterior, e influenciando a política econômica do futuro governo de Washington Luís.

O começo da administração de Washington Luís foi marcado pela continuidade tanto do programa, recentemente passado ao controle estatal de São Paulo, de valorização do café, quanto as medidas econômicas ortodoxas. Entretanto as ações não foram somente estas, logo após assumir o cargo de presidente, o governo instituiu o retorno ao padrão ouro. Os moldes da *Caixa de Estabilização* seriam semelhantes ao da *Caixa de Conversão*, e como tal teria como função manter uma estabilidade cambial através de uma paridade junto ao ouro.

Assim como sistema anterior, a *Caixa de Estabilização* funcionou adequadamente, garantindo um bom nível cambial, e também garantiu o retorno de financiamentos, causado pelo fluxo positivo de capital, para diversos motivos, entre eles para as lavouras de café, como dito por Fritsch (1990, p.58) e para a indústria, como dito por Suzigan (2000, p.91). Aliado a isto, o programa estatal de proteção ao café, promoveu excelentes preços ao café e assim, com este cenário, o país conseguiu alavancar seu crescimento econômico no período de 1926-28.

Entretanto, assim como em períodos anteriores, este estímulo creditício junto com bom preços do café e uma estabilidade cambial promoveu uma grande expansão da lavoura de café o que acarretou em uma expectativa de super safra para o ano de 1929, Fritsch (1990, p.60), promovendo o colapso do setor.

Para piorar toda a situação, em meados de 1929 inicia-se os inter rompimentos dos fluxos de capitais, Abreu (1990, p.73), causado pela recessão mundial conhecida como a *Grande Depressão*. Para o Brasil os efeitos desta crise se assemelham aos do início da 1ª Guerra Mundial (como comentado anteriormente), a inversão do fluxo de capitais acaba por colapsar a *Caixa de Estabilização* o que impossibilita os ajustes monetários agravando assim o sistema bancário de crédito. Por fim, os mais atingidos por todo este cenário são os cafeicultores, uma vez que viu a demanda do seu produto cair, somando-se a super safra do início de 1929, e por consequência derrubar drasticamente seus preços.

Do ponto de vista Industrial o colapso mundial fica bem caracterizado pelo excerto abaixo:

Dificuldades com o balanço de pagamentos em 1931 causaram forte depreciação cambial, em consequência, a taxa de câmbio real também depreciou-se substancialmente, a despeito da queda dos preços de importação. Essa depreciação da taxa de câmbio real, juntamente com o aumento dos direitos aduaneiros a partir

de 1931, elevou o custo real das importações a níveis comparáveis aos que prevaleceram durante a Primeira Guerra Mundial. (SUZIGAN 2000, p. 93)

Ou seja, o alto custo provocado pela queda da renda não só do setor cafeeiro, mas como de toda a economia, aliado ao encarecimento do câmbio e dos procedimentos aduaneiros freou o crescimento industrial do período, que seria somente retomado em meados da década de 1930.

Deste modo, novamente os fatos históricos demonstram a presença forte do estado frente as políticas estabilizadoras, preocupado com manter a renda real da economia, para que esta possibilitasse o crescimento não só dos produtos de exportação, entenda-se café, mas também dos processos de industrialização.

O período mais grave economicamente, com distúrbios inflacionários e cambiais (1923-1926), demonstra o intuito do governo em promulgar o crescimento nacional e não o crescimento de setores específicos. A sinalização de repassar a política de proteção do café ao estado de São Paulo, para se preocupar em executar políticas de contenção monetárias expressam bem o ponto que demonstro.

Pode se dizer que os produtores de café pressionaram e influenciaram o Governo em adotar políticas que estimulassem e protegessem o café, entretanto, ao meu ver, em nenhum momento o Governo teve uma visão exclusiva frente a este produto, mas sim uma visão expandida para todos os setores, como influência a todos os setores.

6. Considerações Finais

Em todos os períodos descritos encontramos padrões de conduta do governo frente ao café, a sua elite, ao seu capital. Pode-se pensar que o complexo cafeeiro interferiu diretamente as políticas governamentais afim de proteger seu setor e seu capital, entretanto como exposto, e como observo, as atitudes do estado sempre estiveram intrinsecamente ligadas ao café, mas não de forma a suprir as necessidades somente desta classe.

Uma corrente de historiadores, aqueles que partilham da visão tradicional, enxerga de modo oposto o acontecido, estes citam que:

Executivo sempre teria se mostrado disposto a apoiar programas de valorização do café e que a depreciação de 1889 e 1930 teria resultado de decisões politicamente

motivadas pelo interesse de beneficiar o setor líder da burguesia exportadora. (FRITSCH 1985, p.339)

Enquanto de um outro lado, uma corrente mais nova, a dos revisionistas, “rejeitam implicitamente a noção, enraizada na literatura tradicional, de que a política macroeconômica sempre esteve atrelada aos interesses do grupo hegemônico” (FRITSCH 1985, p.340). Estes Revisionistas acreditam que as medidas adotadas pelos governantes são resultados de interferências de influentes grupos dotados de princípios ortodoxos de políticas financeiras. Porém a visão destes acabou por ser muito simplificada:

Por assentarem seus argumentos essencialmente em uma visão idealista do processo histórico, esses trabalhos não fornecem uma explicação convincente das motivações econômicas para as políticas ortodoxas efetivamente adotadas em várias ocasiões, em um Estado em que os exportadores e, em particular, o complexo cafeeiro detinha grande parcela do poder político. (FRITSCH 1985 p.340)

Deste modo que tento transparecer é que os governantes em todos os períodos tinham a consciência de que o café era de extrema importância para o sistema econômico nacional, assim como a classe cafeeira, pois também sabiam que o Brasil era um país exportador de matérias primas. De tal modo as ações foram tomadas de forma a se obter um ganho geral, e isto pode ser observado em diversos pontos, como o programa de valorização do café que tinha como intuito garantir preços altos para sua venda, que teve como consequência manter os níveis de renda não só do setor cafeeiro, mas sim de toda a economia, deste modo com a renda alta investidores e cafeicultores conseguiram investir na indústria nacional e em projetos de urbanização.

Para corroborar mais a ideia de que o intuito do Governo era o desenvolvimento e a estabilidade é possível encontrar nos períodos históricos momentos em que as políticas adotadas vão em sentidos opostos aos dos produtores de café, em geral momentos de colapsos da dívida e em crises cambiais. O final do século XIX, em um primeiro momento, demonstra bem meu ponto, a aquisição do *Funding Loan* causou a apreciação da moeda nacional, afetando negativamente os interesses dos cafeicultores, por motivos já descritos, mas o pretexto para a contratação do empréstimo era para um bem maior, parar com a crise cambial, assegurar um fluxo positivo de investimentos ao país e resolver a situação com a dívida externa.

É claro que em um segundo momento o Governo Federal teve de recorrer aos interesses dos cafeicultores, executando o primeiro plano de Valorização do café, mas novamente o motivo disto não foi acatar a interesses específicos, mas a resolver problemas de déficit nas transações comerciais, uma vez que os preços do maior produto exportado, café, estava em níveis baixíssimos.

Quanto a industrialização, os processos oscilam conforme o câmbio e a renda nacional variava. É possível notar, que os surtos industriais são consequências dos efeitos das políticas do governo quanto ao câmbio e quanto ao café, mesmo estes estando muito ligados. Momentos em que houve programas de valorização do café, culminaram também em momentos de apreciação do câmbio e aumento de importação de maquinários.

Outro tipo de surto industrial pode ser notado durante a Primeira Guerra mundial, em que o uso da capacidade ociosa, impulsionou os números industriais. Porém novamente o ocorrido é uma consequência de políticas feitas anteriormente.

De modo geral, o Governo não detinha um plano concreto de industrialização nacional, o processo decorreu de forma a complementar a produção de café, como produção de sacas, e ou como alternativas ou diversificação de investimentos, como as ferrovias.

Em linhas gerais, me alinho a conclusão, apoiado nos exemplos acima, de que:

A evidência disponível a respeito da política econômica federal na Primeira Republica não sustenta a visão tradicional, segundo a qual sua execução teria visado beneficiar os interesses da cafeicultura, nem sua antítese implícita, que tenta demonstrar a existência de um sistemático viés ortodoxo nas políticas efetivamente implementadas. (FRITSCH 1985, p.345)

Ou seja, observando o conjunto da obra, é conclusivo que as atitudes dos Estadistas tiveram como intuito, como foco, a estabilização e o crescimento da economia brasileira. Por mais que em momentos tivessem sido criados artifícios que se focavam em um grupo, cafeicultores, o motivo extrapolava a visão simplista de favorecimento unilateral a esta classe, mas tinha sim uma visão multilateral em que buscava o efeito de um ação, como a valorização do café, em toda a economia, afim de resolver problemas internos e externos ou mesmo de promover um desenvolvimento e um fortalecimento da economia como um todo.

7. Anexo A – Pré 1ª Guerra Mundial

Anexo 1.A

São Paulo: Imigração Subvencionada, 1888-1915 Total de Imigrantes em São Paulo = 100

Períodos	Total de Imigrantes	Imigrantes Subvencionados (%)
1888/1890	158.240	63,4
1891/1900	719.595	79,9
1901/1910	420.447	40,1
1911/1915	356.045	36,0

Fonte: Dados originais do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo e do Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo.

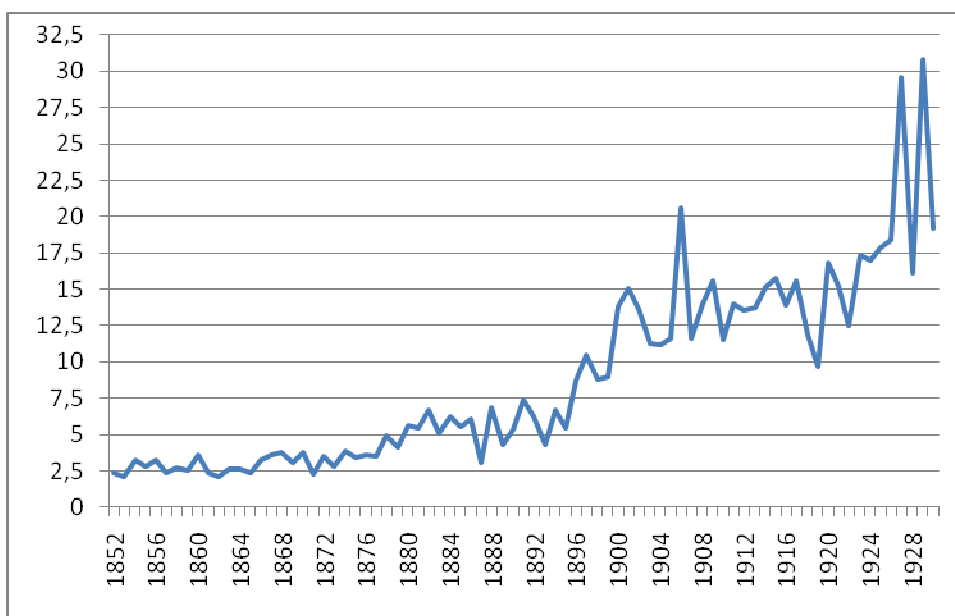
Obs: Todos os dados de imigração e emigração do Estado de São Paulo foram coletados em: *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* (1909, 1915, 1918, 1920, 1940 e 1942).

Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, (setembro de 1940), estudo de A.C. Silva, intitulado "Formação do Povo Paulista e seu Desenvolvimento Demográfico".

Cf. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo*, (outubro de 1940).

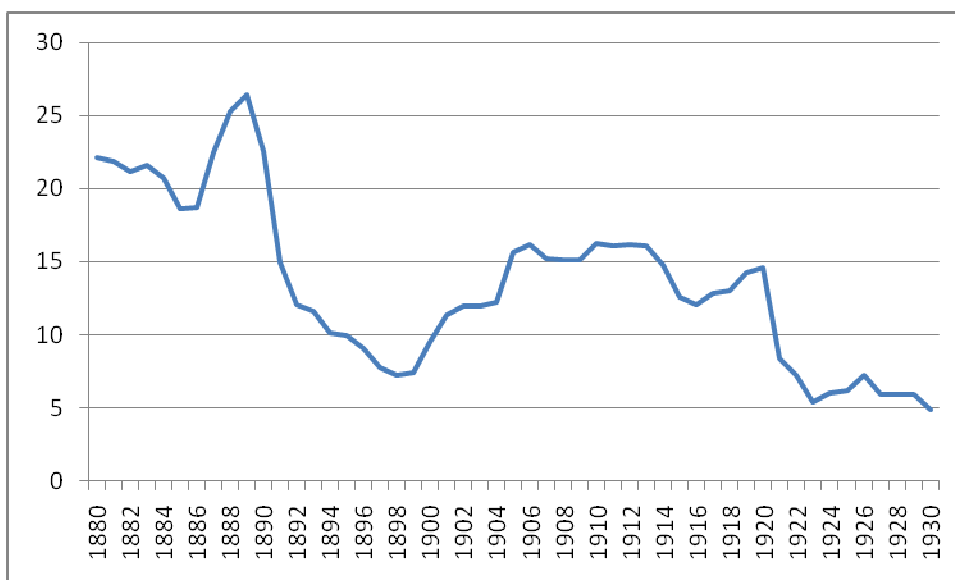
Fonte: (VILLELA e SUZIGAN 1973, p. 269)

Anexo 2.A - Produção – Sacas de café de 60 Kg- Quantidade



Fonte: www.ipeadata.gov.br

Anexo 3.A - Taxa de câmbio – libras esterlina / mil réis - RJ



Fonte: www.ipeadata.gov.br

Anexo 4.A

Tabela 3.6
Dívida Externa de Estados e Municípios - 1881/82 a 1900
(Em £ Milhares)

Exercício	Entradas Brutas	Desconto por Tipo	Entradas Líquidas	Juros	Amortizações	Comissões	Dívida em Circulação
1881/82	85	9	77	4	0	1	85
1882/83	57	6	51	7	0	1	142
1883/84	0	0	0	7	4	0	138
1884/85	0	0	0	7	4	0	134
1885/86	0	0	0	6	4	0	130
1886/87	0	0	0	6	4	0	126
1887(2º)	0	0	0	6	4	0	122
1888	1.362	136	1.226	75	4	8	1.480
1889	1.252	125	1.127	134	4	9	2.728
1890	230	23	207	140	69	4	2.889
1891	0	0	0	136	85	2	2.803
1892	0	0	0	132	85	2	2.718
1893	0	0	0	127	85	2	2.633
1894	469	47	422	147	85	4	3.016
1895	313	31	281	158	85	4	3.244
1896	1.742	174	1.568	240	106	11	4.879

Fonte: (FRANCO, 1991, p.44)

Anexo 5.A

Tabela 3.12
Investimento Direto e Remessas de Lucros - 1870/71 a 1900
(Em £ Milhares)

Exercício	Investimento Direto				Remessas de Lucros
	Dados Brutos	Agrupado pelo Ano	Agrupado por Entradas Defasadas ^b	Ajustado para Desconto ^c	
1870/71	3,7	484,8	393,6	334,6	0,0
1871/72	966,0	4.030,5	2.015,5	1.713,2	0,0
1872/73	7.095,0	5.829,5	4.308,2	3.662,0	0,0
1873/74	4.564,0	2.310,0	3.975,9	3.379,5	0,0
1874/75	56,0	695,0	2.111,2	1.794,5	38,0
1875/76	1.334,0	1.718,0	1.397,6	1.188,0	101,0
1876/77	2.102,0	2.231,3	1.795,5	1.526,2	110,5
1877/78	2.360,6	1.384,8	1.773,4	1.507,4	91,7
1878/79	409,0	390,0	1.064,1	904,5	78,3
1879/80	371,0	1.040,0	831,7	707,0	65,5
1880/81	1.709,0	1.685,0	1.232,8	1.047,8	37,8
1881/82	1.661,0	1.686,8	1.589,0	1.350,7	48,8
1882/83	1.712,5	4.244,8	2.837,6	2.411,9	72,5
1883/84	6.777,0	3.614,4	3.577,4	3.040,8	60,0
1884/85	451,7	664,9	2.381,6	2.024,4	58,5
1885/86	878,0	1.043,4	1.277,6	1.086,0	61,0
1886/87	1.208,8	1.499,2	1.191,7	1.013,0	145,0
1887(2o.)	1.789,6	894,8	1.158,8	985,0	112,5
1888	12.752,0	12.752,0	6.321,2	5.373,0	230,0
1889	5.002,0	5.002,0	7.485,9	6.363,0	244,0
1890	971,0	971,0	4.350,6	3.698,0	639,0
1891	429,0	429,0	1.331,8	1.132,0	312,6
1892	-1.073,0	-1.073,0	-165,6	-140,8	362,6
1893	130,0	130,0	-306,4	-260,4	316,0
1894	55,0	55,0	-84,2	-71,6	323,0
1895	48,0	488,0	261,1	221,9	495,0
1896	5.838,7	5.838,7	2.830,9	2.406,2	414,6
1897	890,0	890,0	2.809,2	2.387,8	438,4
1898	7.373,0	7.373,0	4.549,7	3.867,2	440,8
1899	13.627,6	13.627,6	9.215,1	7.832,9	458,2
1900	4.829,0	4.829,0	8.730,0	7.420,5	493,9

FONTE: Castro (1979)

^a Para anos anteriores a 1888, toma-se para o ano t a média observada para os anos t e $t + 1$.

^b Considera-se que 45% das entradas são feitas no próprio exercício, 40% no seguinte e os restantes

15% no exercício $t + 2$.

^c Supõe-se que o desconto médio é de 15%.

Fonte: (FRANCO, 1991, p.54)

Anexo 6.A

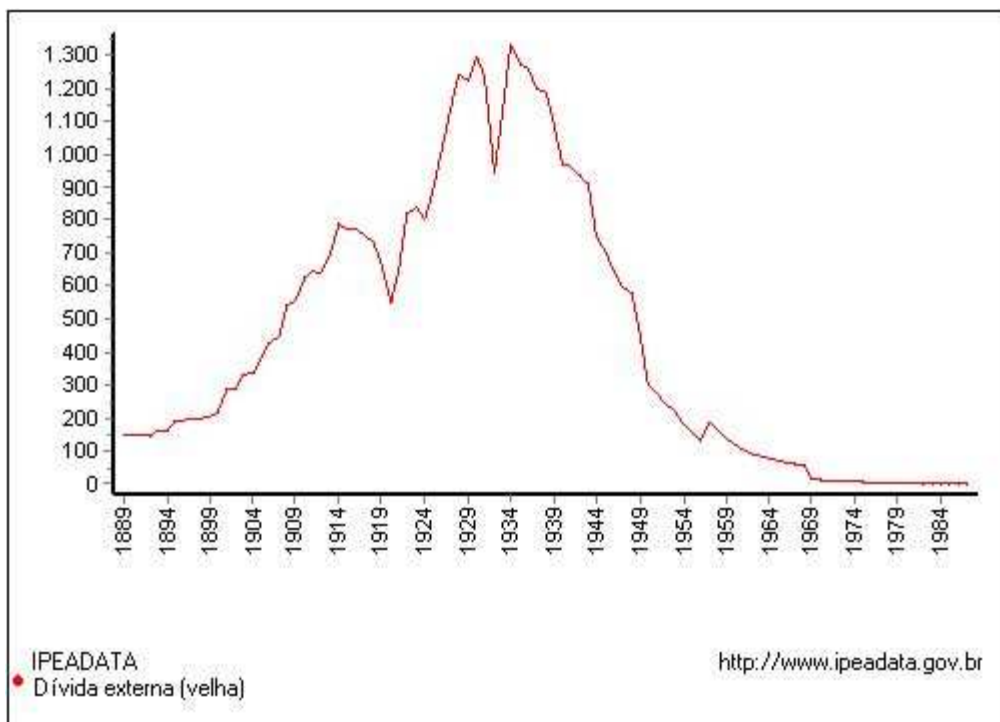
Tabela 3.13
Saldos do Governo no Exterior e Saldos Bancários Junto aos Rothschild -
1870/71 a 1900

Exercício	Delegacia do Tesouro Nacional em Londres	Saldos Depositados junto aos Rothschild						Variação nos Saldos do Governo	Variação nos Saldos Bancários
		Governo Federal	Banco Internacional	Banco Comércio e Indústria de São Paulo	BREUS & BRB	London and Brazilian	Braillierisc für Deutsch		
1870/71	0	0						0	0
1871/72	0	0						0	0
1872/73	0	0						0	0
1873/74	0	0						0	0
1874/75	0	0						0	0
1875/76	0	0						0	0
1876/77	661	1.014						0	0
1877/78	707	910						-58	0
1878/79	513	565						-539	0
1879/80	593	629						144	0
1880/81	668	940						386	0
1881/82	743	1.423						558	0
1882/83	501	1.048						-617	0
1883/84	538	1.609						598	0
1884/85	575	1.163						-409	0
1885/86	279	1.072						-387	0
1886/87	161	181						-1.009	0
1887(2o.)	431.641	141					1.342	141	
1888	3.184	2.031	12					3.531	-129
1889	2.612	2.421	13					-182	1
1890	1.751	3.35	9	5				73	1
1891	1.015	2.750	9	0	170	25		-1.342	191
1892	278	896		19	322	25		-2.591	161
1893	181	894	107	36	110	15	0	-99	-98
1894	270	1.091	110	12	259	15	0	286	128
1895	101	62	199	3	31	14	102	-1.198	-46
1896	188	23	10	0	194	14	96	48	-35
1897	30	-116	49	-6	334	12	118	-297	193
1898	20	151	4	273	105	12	14	257	-99
1899	0	164	-5	-12	117	12	13	-7	-283
1900	0	641	-4	0	198	17	18	477	105

FONTES: Balanços Gerais da União; e Arquivos da Casa Rothschild.

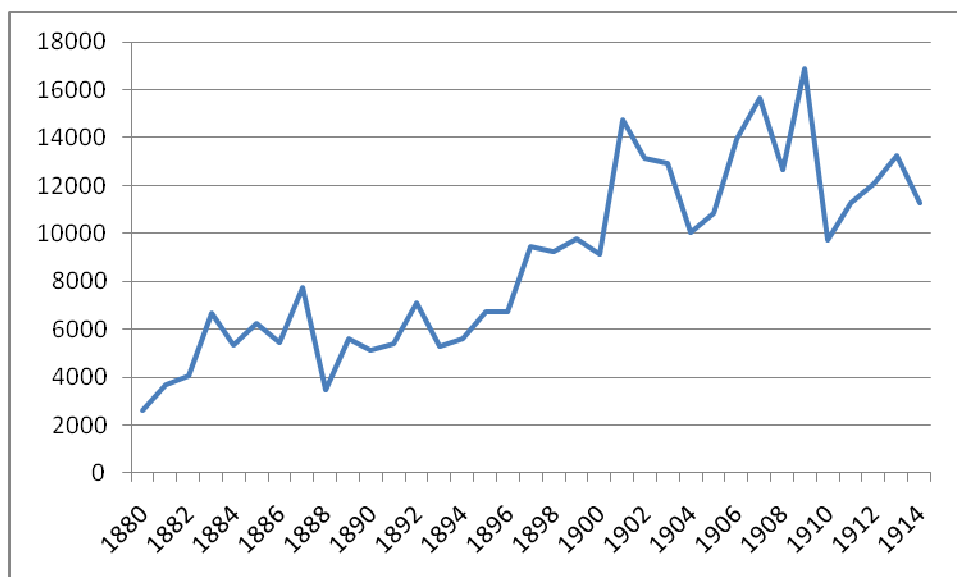
Fonte: (FRANCO, 1991, p.56)

Anexo 7.A – Dívida externa em US\$



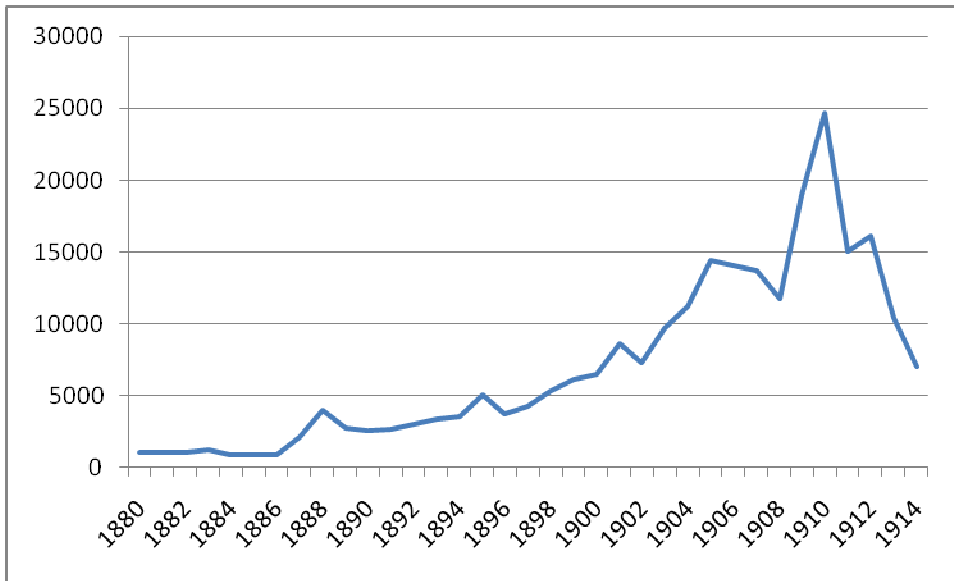
Fonte: www.ipeadata.gov.br

Anexo 8.A - Exportações brasileiras de café em grão (sacas de 60 kg) - Quantidade



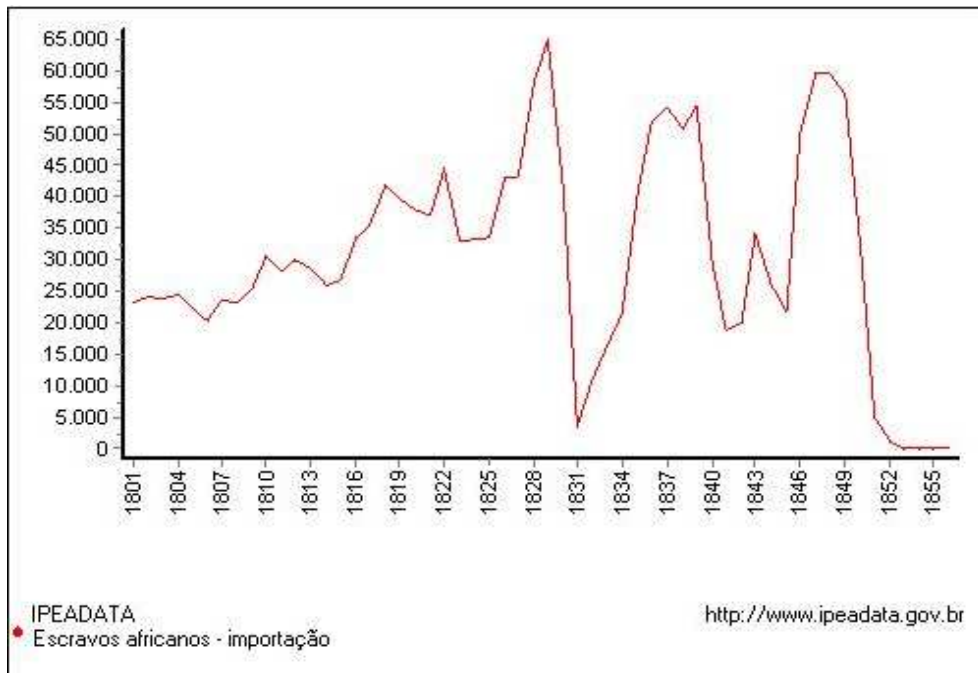
Fonte: www.ipeadata.gov.br

Anexo 9.A - Exportações - borracha - Libra esterlina(mil)



Fonte: www.ipeadata.gov.br

Anexo. 10.A - Importação de Escravos Africanos



Fonte: www.ipeadata.gov.br

8. Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 26ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, 445 p.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1983, 447 p.

DEAN, Warren. A Economia Brasileira, 1870-1930. In.: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **A década republicana: o Brasil e a economia internacional – 1888/1900**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. P 7-28.

FRITSCH, Winston. **Apogeu e crise na Primeira República 1900-1930**. In.: Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 26ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, 445 p.

FRITSCH, Winston. **Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na primeira República**. In.: Estudos Econômicos. Volume 15, nº2. São Paulo: Instituto de pesquisas econômicas - USP, 1985, 339-346 p.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Estado, capital cafeeiro e política tributaria na economia paulista exportadora, 1889-1930. **Latin American Research Review**, Vol. 36, No. 1 (2001), pp. 151-169. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2692078>. Acesso em: 15/09/2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Origens e consequências do Funding Loan 1898**. Porto Alegre, 2000, 22 p. Revista Análise Econômica. Faculdade de ciências econômicas, UFRGS.

SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930”. In: Boris FAUSTO (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil

Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.** Nova Edição. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 2000, 421 p.

TOPIK, Steven. The Evolution of the Economic Role of the Brazilian State, 1889-1930. **Journal of Latin American Studies, Vol. 11, No. 2 (Nov., 1979), pp. 325-342.** Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/156308>. Acesso em: 06/04/2010.

TORELLI, Leandro Salman. **A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na primeira república (1898 – 1920).** São Paulo, 2004, 140 f. dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, São Paulo, 2004

VERSIANI, Maria Teresa R. O. **Café e câmbio no Brasil: 1890/1906.** Política e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.15, n.3, p 597 – 614, 1985.

VILLELA, Anibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945.** Brasília: IPEA, 2001. 470 p.

Web-site: www.ipeadata.gov.br